



Cobranças bancárias, muitas vezes consideradas abusivas, serão debatidas na CAE

Presidente da Febraban fala aos senadores sobre tarifas

No momento em que governo acena com uma regulamentação para a cobrança de tarifas pelos bancos, o tema será debatido em audiência

na Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti. **Página 8**

Propostas sobre precatórios em debate na CCJ

A Comissão de Justiça analisa sete propostas de emenda à Constituição que tratam de precatórios, a pedido do relator, Valdir Raupp. **Página 8**

Audiência discute lei da comunicação social eletrônica

A Comissão de Educação discute uma nova lei geral para a comunicação social eletrônica. Grupo interministerial elabora anteprojeto. **Página 8**

Tião Viana acredita em pacificação do Senado

Presidente interino diz que reunião de hoje com líderes será determinante. Mesa decide enviar ao Conselho de Ética nova representação contra Renan



Na reunião da Mesa, Tião Viana (E), Gerson Camata, Efraim Moraes, Alvaro Dias, Papaléo Paes e Magno Malta

“Tenho certeza de que os líderes dos partidos terão sensibilidade e adotarão o caminho da pacificação e da recuperação da imagem da Casa.” Essas observações foram feitas pelo presidente interino do

Senado, Tião Viana, para quem o encontro de hoje com as lideranças será determinante para oxigenar a instituição. Viana informou que a Mesa decidiu enviar ao Conselho de Ética representação a respeito de suposta espionagem. **Página 3**

Atendimento presencial na telefonia

Projeto de César Borges que garante atendimento presencial para usuários de telefonia será examinado amanhã em comissão. **Página 4**



A necessidade de valorização dos professores como forma de garantir o futuro das crianças brasileiras mobiliza senadores

Professores recebem homenagem

O Dia do Professor, comemorado ontem, foi lembrado em discurso por vários senadores, que pediram mais qualidade para a educação no país. **Páginas 6 e 7**

Presidente interino do Senado recebe apoio de parlamentares de diversos partidos, que dizem esperar melhora na imagem da Casa

Senadores manifestam confiança em Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário a carta em que Renan Calheiros (PMDB-AL) pede licença do cargo de presidente do Senado por 45 dias. Oficialmente, Viana assumiu interinamente o cargo ontem. Em seguida, diversos senadores se revezaram em Plenário para demonstrar confiança na atuação de Viana durante o período da licença de Renan.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), observou que, ao ver Viana lendo o documento, percebeu a possibilidade de “o clima na Casa desanuviar-se”. O senador amazonense reafirmou a confiança do PSDB na atuação do petista como líder e “homem de preparo político” e adiantou que ele poderá contar com o apoio de seu partido para a votação de matérias essenciais.

Virgílio salientou que o PSDB votará “com segurança” a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ressaltou, no entanto, que “haverá embates em que o go-

verno ora obterá vitórias, ora derrotas, assim como a oposição”.

Jayme Campos (DEM-MT), Heráclito Fortes (DEM-PI), Mão Santa (PMDB-PI), Valter Pereira (PMDB-MS) e José Sarney (PMDB-AP) disseram esperar que Viana conduza os trabalhos da Casa com ética e competência.

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo para que, durante a licença de Renan, o Conselho de Ética aprecie as representações contra o senador em análise naquele colegiado. Eduardo Suplicy (PT-SP) também pediu ao conselho que conclua esse trabalho até o início de novembro.

Já Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou a agilidade do presidente interino na elaboração da pauta de votações para os próximos dias, bem como a iniciativa da reunião-almoço com os líderes programada para hoje. Por sua vez, Garibaldi Alves (PMDB-RN) disse acreditar que, “seja ou não um período de transição, a gestão de Viana será profícua”.

Conselho recebe depoimento de servidor

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), informou ter enviado ao Conselho de Ética a documentação sobre o depoimento do servidor Marcos Santi, tomado em 29 de agosto. Consultor, Santi pediu demissão do cargo de secretário-geral-adjunto da Mesa alegando que os órgãos técnicos estariam sendo pressionados a se posicionar a favor do então presidente da Casa, Renan Calheiros.



Nenhuma vírgula do que Santi disse à Corregedoria foi mudada, garante Tuma



Dornelles teme revogação de acordos contra dupla tributação feitos com outros países

Dornelles: exame de acordo fiscal com EUA deve ser cuidadoso

Ao registrar que o Brasil e os Estados Unidos estão examinando novamente a possibilidade de reabrir negociações para assinatura de um acordo fiscal que elimine a dupla tributação de renda, Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu ao Ministério da Fazenda e à Secretaria da Receita Federal que examinem com cautela os termos da proposta dos norte-americanos. O senador advertiu que as propostas feitas até o momento pelos Estados Unidos são danosas aos interesses brasileiros.

A dupla tributação da renda, explicou Dornelles, existe quando a mesma renda de uma pessoa física ou jurídica é tributada, pelo mesmo imposto, em dois países.

– Os negociadores do acordo para evitar a dupla tributação com os Estados Unidos têm um grande desafio. Caso firmem um acordo fiscal em que não sejam inseridas cláusulas de tratamento mais favorecido do que o Japão, o Canadá e os países da Europa Ocidental incluíram nos acordos que fizeram com o Brasil, todos esses países vão solicitar a revogação dos acordos já assinados, o que vai anular o trabalho desenvolvido nos últimos 25 anos e afetar enormemente o fluxo de investimentos externos desses países para o Brasil – alertou o parlamentar.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Comissões realizam audiências públicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 10h, audiência com o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Fábio Colletti, sobre tarifas bancárias. Em seguida, será analisada pauta de nove itens. No mesmo horário, audiência conjunta

da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema debate propostas à lei geral de comunicação social eletrônica. Ainda às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência sobre a Emenda 29/00, que garante aplicação de recursos na saúde.

Jornada de saúde e qualidade de vida

Às 9h30, ocorre a abertura da 1ª Jornada de Saúde e Qualidade de Vida do Senado. Serão realizadas 16 oficinas voltadas para o desenvolvimento da saúde física e mental dos servidores da Casa e seus dependentes. O evento vai até 18 de outubro. Também começa hoje a 3ª Campanha de Doação de Sangue no Senado, com o apoio da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB).

Educação ambiental e mudanças climáticas

Propostas de educação ambiental serão debatidas, às 14h30, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, com representante do Ministério do

Meio Ambiente e pesquisadores. No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa atas, requerimentos e relatórios.

Proibição de cobrança do custo disponibilidade

O embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, visita a Comissão de Relações Exteriores (CRE) às 11h. Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisa

pauta de sete itens, entre os quais o projeto com o objetivo de proibir a cobrança do chamado custo disponibilidade aos consumidores residenciais da energia elétrica.

Instalação de comissão mista sobre a MP 396

A instalação da comissão mista destinada à análise da Medida Provisória 396/07, sobre lei que autoriza a União a permutar certificados financeiros do Tesouro, ocorre às 14h30. Deverão ser eleitos o presidente e o vice do colegiado e indicado o relator. No mesmo horário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se em audiência pública para analisar PECs que dispõem sobre precatórios judiciais.

Plenário homenageia Dia do Fisioterapeuta

Às 14h, inicia-se a sessão em homenagem ao Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional. Em seguida, os senadores devem votar indicações presidenciais de diplomatas para ocupar cargos em embaixadas brasileiras.

Conselho de Ética prepara cronograma

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se às 14h a fim de estabelecer um cronograma de trabalho dos relatores dos três processos que tramitam no colegiado contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Papaléo Paes, Mão Santa, Paulo Paim, Efraim Moraes, Jayme Campos, Gilvam Borges e Valter Pereira

Presidente interino do Senado afirma que lideranças terão sensibilidade para adotar o caminho que leve à recuperação da imagem da Casa

Tião Viana reúne líderes em busca da pacificação

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que o encontro que promoverá hoje, às 12h30, com as lideranças partidárias, será determinante para oxigenar o Senado e recuperá-lo do ambiente tenso que viveu nos últimos cinco meses, em razão da crise gerada pelas denúncias contra o presidente licenciado, Renan Calheiros. Ele fez a afirmação em entrevista à imprensa, depois de dirigir a primeira reunião da Mesa do Senado como presidente interino da Casa.

– Tenho certeza de que os líderes partidários terão sensibilidade e adotarão o caminho da pacifica-

ção da Casa e da recuperação da imagem da instituição.

Tião Viana já havia afirmado, em entrevista anterior, o desejo de submeter ao primeiro turno de votação, ainda nesta semana, as propostas de emenda à Constituição – PECs 38/04, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), e 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR) – que acabam com o voto secreto em processos de cassação de mandato.

Desobstrução

Antes, porém, os parlamentares deverão deliberar sobre os itens que trancam a pauta, especialmente sobre três projetos de lei

de conversão (PLVs) que têm prioridade para votação: o 30/07, proveniente da Medida Provisória (MP) 381/07, que abre crédito extraordinário de R\$ 6,32 bilhões para diversos órgãos do Poder Executivo; 31/07, oriundo da MP 383/07, que, a exemplo do primeiro, também destina crédito extraordinário de cerca de R\$ 1,195 bilhão a diversos órgãos do Executivo; e 32/07, resultante da MP 384/07, que cria o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Há também uma série de indicações de autoridades à espera da deliberação do Plenário do

Senado. Entre elas, figuram os nomes de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso e de Hesio de Albuquerque Cordeiro para os cargos de diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); de Miguel de Souza para a Diretoria de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit); e de Julio Cezar Zelner Gonçalves, Ánuar Nahes e Valdemar Carneiro Leão Neto para os cargos de embaixador do Brasil na Áustria, no Catar e na Colômbia, respectivamente.

Os senadores também precisam apreciar o substitutivo

da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 5/04, que altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social. A matéria tramita em regime de urgência, assim como o PLS 412/03, que estabelece competência para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e financeira no Sistema Financeiro Nacional.



Tião Viana com José Alencar: visita de caráter institucional e por amizade

Senador não acha conveniente debate sobre sucessão na Casa

O primeiro compromisso externo do presidente interino do Senado, Tião Viana, foi uma visita, ontem, às 11h, ao vice-presidente José Alencar, no exercício da Presidência da República durante viagem de Lula à África. Viana disse que fazia uma visita de caráter institucional e por amizade.

Ao sair do gabinete para esse compromisso, ele foi questionado por jornalistas, sobre o interesse do PMDB em preservar a presidência da Casa. Respondeu que, tradicionalmente, quem comanda o Senado é o partido com maioria na Casa ou a aliança majoritária.

– Hoje, quem tem direito de ser o presidente do Senado é o senador Renan Calheiros, que está afastado. Eu não acho conveniente antecipar qualquer discussão sobre a situação do senador Renan após esses 45 dias. Quando o assunto é quem deve presidir o Senado, é claro que a resposta é o representante do partido que é maioria ou o representante de quem faça aliança majoritária na Casa – afirmou.

– E a hegemonia do poder nas mãos do PT? A Câmara, o Senado e a Presidência da República?

– Eu não vislumbro essa possibilidade. Eu entendo que o PT é a quarta força dentro do Senado. Nós temos que ter a humildade de entender que os interesses da instituição Senado são maiores que os interesses partidários. E que hoje o direito de estar sentado na Presidência é do PMDB. Eu cumpro a interinidade e quem quiser ser presidente vai ter que construir a maioria. Da minha parte, não haverá um milímetro de movimento para esse tipo de pretensão. Hoje eu disse ao líder Valdir Raupp que eles têm o direito histórico de pleitear a manutenção da função com Renan, ou achar alternativa, caso seja da conveniência deles.

CPMF

Tião Viana informou aos jornalistas que pretende discutir com as lideranças a agenda de votações.

– Eu me reúno amanhã [hoje] com os líderes numa reunião-almoço, onde vamos discutir toda a agenda legislativa, aspectos delicados como a CPMF e outras matérias que fazem parte da pauta, tentando fazer com que haja de fato a pacificação do ambiente político no Senado.

Mesa envia quinta representação ao conselho

O presidente interino do Senado, Tião Viana, disse em entrevista que os integrantes da Mesa decidiram, por 5 votos e uma abstenção, enviar a quinta representação contra o senador Renan Calheiros ao Conselho de Ética.

A representação aguardava decisão da Mesa desde 9 de outubro, quando foi protocolada pelo PSDB e DEM, com base em denúncia de suposta tentativa de espionagem contra os senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO) por parte de Francisco Escórcio, assessor de Renan.

Perguntado sobre mudanças que teria promovido no gabinete da Presidência, como a demissão de assessores que serviam a Renan, Tião Viana salientou que alguns cargos são da Presidência e que trocá-los por assessores de sua confiança e com quem tenha afinidade profissional durante o

período em que estiver no cargo é prerrogativa da função. Conforme especificou, até agora somente cargos relativos ao setor de Comunicação Social foram pedidos.

– Posso trocar cargos de assessores por gente de minha confiança, sempre tendo em vista o melhor para o desempenho de minhas atribuições constitucionais. Eu ainda estou vendo isso. Mas, se Renan Calheiros voltar poderá reabsorver esses cargos, um direito que lhe assiste – enfatizou Viana, ressaltando que conversou ontem com o presidente afastado, na residência oficial da Presidência.

Tião Viana explicou que ele e Renan conversaram sobre a importância da pacificação da Casa para a continuidade da agenda de votações de matérias importantes para o país, como a prorrogação da CPMF, a proposta sobre o afastamento de senadores que sofrerem representação por força de

denúncia, escolha de autoridades, medidas provisórias e a proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata de recursos para a Saúde.

– O distensionamento provocado pela licença de Renan demonstra que o Senado caminha para o diálogo – frisou o parlamentar.

Voto aberto

Na entrevista, Viana afirmou que pretende submeter a votação na quinta-feira, em primeiro turno, a proposta que acaba com o voto secreto no caso de cassação.

Depois de presidir a sessão deliberativa, ele visitou, no início da noite, o gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Arnaldo Chinaglia. “Foi uma visita de cortesia, para reaproximar as duas Casas, que estavam um pouco afastadas em razão dos acontecimentos no Senado. É a reafirmação de um compromisso fraterno de votar e dialogar”.



Papaléo Paes (E), Magno Malta, Tião Viana, Gerson Camata, Efraim Moraes e Alvaro Dias participam de reunião da Mesa diretora

Proposta de César Borges garante a usuário de serviços de telecomunicações o direito de ser atendido pessoalmente em estabelecimento da empresa

Projeto que obriga telefônicas a atender em loja vai a votação

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota amanhã, em reunião às 8h45, projeto de lei que garante aos usuários de serviços de telecomunicações atendimento pessoal, e não apenas telefônico. O projeto do senador César Borges (PR-BA) recebeu parecer favorável de Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A proposta (PLS 502/07) obriga as operadoras de telefonia e serviços similares a manterem postos de atendimento ao público, destinados a receber e solucionar qualquer espécie de pedido referente aos serviços ofertados. Se a medida for acolhida pelo Congresso, as empresas deverão alterar seus serviços de atendimento no prazo de 180 dias a partir do início de sua vigência.

Na justificativa, César Borges afirma que as centrais de atendimento telefônico frequentemente deixam de oferecer encaminhamento adequado às solicitações dos consumidores e que é comum o longo tempo de espera. O senador lembra que, em algumas centrais, não há nem mesmo uma pessoa para auxiliar o usuário, que é atendido por uma voz gravada, em sistema automatizado.

Já Sérgio Zambiasi ressalta que a lei proposta poderá dar maior segurança jurídica à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na aplicação de penalidades a essas empresas. Segundo ele, a implantação de postos de atendimento pessoal é uma exigência regulamentar da Anatel. O projeto de César Borges inclui essa exigência na lei que dispõe sobre os serviços de telecomunicações (9.472/97).



Para César Borges, autor da matéria, há casos de automação total no atendimento

Fuso horário

Na mesma reunião, a CCT analisa três requerimentos. O primeiro, do senador Expedito Júnior (PR-RO), propõe audiência pública para discutir os problemas que poderão ser enfrentados pela população e pelas emissoras de rádio e televisão nos estados com fuso horário diferente da hora oficial de Brasília a partir da aplicação do artigo 19 da portaria 1.220/07, do Ministério da Justiça. Essa norma trata da classificação indicativa da programação de rádio e televisão.

Deverão ser convidados o ministro Tarso Genro e representantes da Rede Amazônica de Televisão, da TV Candelária e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O senador João Tenório (PSDB-AL) é autor do segundo requerimento, em que sugere duas audiências públicas para esclarecer a proposta de regulamentação das atividades de pesquisa, produção, importação, liberação e comercialização de clones de mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios, répteis e aves. A iniciativa (PLS



Expedito Júnior propôs debate sobre classificação de programas de rádio e TV

73/07) é da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Participarão dos debates representantes da Embrapa, da Universidade de São Paulo, da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, da Confederação Brasileira de Hipismo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes e de especialista em clonagem de ovinos.

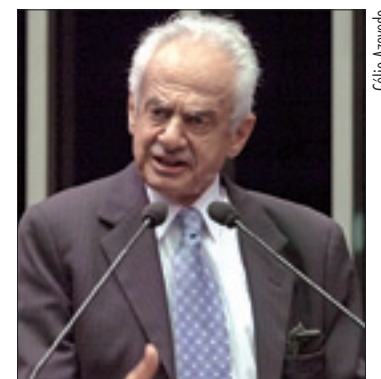
No terceiro requerimento a ser analisado pela comissão, o senador Flávio Arns (PT-PR) pede audiência pública sobre a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento. Serão convidados para o encontro representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Proposta de Pedro Simon classifica vinho como alimento

O vinho poderá ser classificado como alimento e não mais somente como bebida alcoólica, de acordo com projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) examina amanhã, em reunião marcada para as 11h.

Segundo argumenta Pedro Simon, a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que o vinho, se consumido moderadamente, tem efeito positivo à saúde humana. Entre os benefícios, ele destacou a desobstrução dos vasos sanguíneos. O vinho também traz vantagens sobre o metabolismo, aumentando o HDL, o chamado bom colesterol. O relator, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), é favorável à aprovação do projeto (PLS 395/03).

A comissão deve votar ainda parecer do senador Raimundo



Simon: OMS reconhece que vinho usado com moderação faz bem à saúde

Colombo (DEM-SC) a projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO) que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

A inclusão, de acordo com o projeto (PLS 348/07), deve beneficiar os pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas.

Subcomissão faz audiência sobre mercado de etanol

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis realiza na quinta-feira audiência pública para discutir o mercado de etanol.

A iniciativa foi do senador João Tenório (PSDB-AL), para quem a velocidade do aumento da oferta, o comportamento da demanda e as perspectivas para o futuro do setor devem também ser debatidos. A subcomissão integra a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Serão ouvidos os presidentes da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Henry Joseph; da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), Marcos Sawaya Jank; e da empresa de consultoria Datagro, Plínio Mário Nastari.

Por sugestão do senador Neuto de Conto (PMDB-SC), também serão ouvidos o presidente da



João Tenório quer discutir evolução da demanda e perspectivas do setor

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos; o coordenador do Núcleo de Apoio e Projetos de Energias Renováveis (Naper) da Universidade Federal de Pernambuco, Heitor Scalabrini Costa; e um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).



Fátima Cleide é uma das autoras do requerimento de audiência pública



Ideli Salvatti avalia que cerca de 15 milhões de famílias serão beneficiadas

Presidente da Funasa debate saneamento

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em saneamento básico para municípios de até 50 mil habitantes serão debatidos amanhã com o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Bastos Forte, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conhecido como PAC-Funasa, o programa prevê a liberação de R\$ 4 bilhões até 2010.

Entre as obras previstas estão as de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. Segundo a Funasa, os municípios com maiores índices de mortalidade infantil serão os principais beneficiados do PAC-Funasa, que também investirá em comunidades indígenas, de quilombolas, de populações ribeirinhas, de assentamentos e de reservas extrativistas.

Para as senadoras que solicitaram a reunião, Fátima Cleide (PT-RO) e Ideli Salvatti (PT-SC), o PAC-Funasa deve beneficiar 15 milhões de famílias brasileiras.

A Funasa, vinculada ao Ministério da Saúde e órgão responsável pelo saneamento básico em municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, deve iniciar as ações do programa em 2008.



Célio Azevedo

Proposta de Valter Pereira tem substitutivo de Lúcia Vânia

Projeto cria regimento para Conselho de Ética

A pauta de votações da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania contém 18 matérias, entre elas substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) a projeto de resolução que cria o regimento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, cujo texto original é do senador Valter Pereira (PMDB-MS). Também integra a lista de propostas para votação substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto de lei apresentado pela Presidência da República em 2001 que altera o julgamento pelo tribunal do júri.

A necessidade de um regimento específico para o conselho foi defendida por vários senadores durante as reuniões do colegiado para análise da primeira representação por quebra de decoro parlamentar contra o senador Renan Calheiros.

Tribunal do júri

Ao expor as modificações que promoveu no projeto sobre tribunal do júri, já aprovado pela Câmara dos Deputados, Demostenes Torres explicou que as medidas contidas em seu substitutivo visam simplificar e agilizar a tramitação dos processos.

O parlamentar destacou que esse é um dos oito projetos de lei que o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional em 2001 com o objetivo de reformar o Código de Processo Penal.

Definição de procedimentos e prazos a serem adotados para investigações contra senador é exigência de diversos líderes partidários visando superar crise política

Conselho define hoje cronograma de três processos contra Renan

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje às 14h para definir os procedimentos e o cronograma a serem adotados para as investigações de três denúncias contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O estabelecimento da agenda – uma exigência dos líderes de diversos partidos – visa à superação da crise política envolvendo Renan, em licença do cargo de presidente desde quinta-feira.

No dia 9, uma frente suprapartidária decidiu exigir o afastamento do senador da Presidência da Casa enquanto estivessem em andamento as investigações das denúncias contra ele no conselho, por quebra de decoro. Naquele dia, os líderes da oposição fixaram 2 de novembro como a data limite para a votação dos processos no colegiado. Caso contrário, esvaziariam as demais votações no Plenário, impedindo



J. Freitas

Quintanilha: relatórios ficam prontos para votação no dia 2 de novembro

quórum.

Na manhã seguinte, o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou o nome de Jefferson Péres (PDT-AM) como relator da representação contra Renan por suposta compra clandestina de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, em sociedade com João Lyra. Na ocasião, Quintanilha disse que o

cronograma de trabalho seria de responsabilidade dos relatores das representações, mas que o colegiado poderia ser ouvido.

– Queremos os relatórios prontos para votação no dia 2 de novembro – afirmou ontem Quintanilha.

Tramitam no conselho mais dois processos: o que trata de suposto tráfico de influência em favor da cervejaria Schincariol, que tem como relator João Pedro (PT-AM), e outro sobre suposto esquema de arrecadação ilegal de fundos em ministérios comandados pelo PMDB, tendo como relator Almeida Lima (PMDB-SE).

Uma outra representação acolhida ontem pela Mesa pede a investigação de denúncia sobre tentativa de espionagem contra Demostenes Torres (DEM-GO) e Marconi Perillo (PSDB-GO) por Francisco Escórcio, assessor de Renan.

Comissão discute regras para sabatina de indicados

A proposta que disciplina a sabatina de autoridades pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá ser votada amanhã pelo colegiado, a partir das 10h. A iniciativa é de autoria do presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE).

Ao defender a proposta, na semana passada, Jefferson Péres (PDT-AM) argumentou que, hoje, a arguição no colegiado “é feita da forma como cada senador entende, sem que os indicados estejam obrigados a apresentar outra coisa a não ser seu currículo”.

Jefferson Péres, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Edison Lo-



Célio Azevedo

Iniciativa é de autoria de Marco Maciel, presidente da Comissão de Justiça

bão (PMDB-MA) são os relatores da proposição, que deixou de ser votada na última quarta-feira porque os senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo

Suplicy (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) solicitaram vista do projeto.

Cabe à Comissão de Justiça a avaliação de juristas indicados para os seguintes cargos: ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar), procurador-geral da República e membros do Conselho Nacional de Justiça, entre outros.

Após cada decisão da CCJ em relação a alguma indicação, seja ela favorável ou não, o parecer é enviado ao Plenário do Senado para apreciação final.

Governo Lula gastou só 8,06% do Orçamento de 2007, reclama Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) protestou contra a baixa execução do Orçamento federal em 2007. Segundo ele, o governo Lula gastou só 8,06% do autorizado para este ano.

– Remanescem carentes inúmeras áreas fundamentais, com milhões de brasileiros privados de ações que cabe ao governo executar – afirmou.

O senador salientou que o Ministério do Turismo, decorridos já nove meses do ano, utilizou apenas 0,1% de seus recursos para investimento. Disse que o Brasil não vai conseguir elevar o ingresso de visitantes estrangeiros sem projetos e programas de modernização. De acordo com Papaléo, o ministério adotou “a parte civil da máxima que tor-

nou sua titular [a ministra Marta Suplicy] conhecida em todo o Brasil: ele apenas relaxa”.

O parlamentar citou também o Ministério das Cidades, que aplicou R\$ 20,35 milhões dos R\$ 5,76 bilhões alocados – apenas 0,35% –, e o Ministério do Desenvolvimento, que gastou somente 0,96% dos recursos destinados à pasta.

– O governo Lula tem denunciado despreparo e pífio desenvolvimento na execução do Orçamento – disse Papaléo, que ainda parabenizou os professores pelo seu dia e manifestou-se contrário à aprovação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).



Genivaldo Magalhães

Ministério do Turismo utilizou apenas 0,1% de seus recursos, observa Papaléo

Em debate, a regulamentação da Emenda 29

A Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que integra a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza audiência pública hoje, às 10h, para debater a regulamentação da Emenda Constitucional 29, de 2000. Essa proposição assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde. O requerimento para o debate é do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Deverão ser convidados para a audiência representantes do Conselho Nacional de Saúde; da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; do Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde; e do Ministério da Fazenda. A reunião tem a finalidade de instruir a votação do projeto de lei (PLS – Complementar 121/07), do senador Tião Viana (PT-AC), que regulamenta a Emenda 29. O projeto, em exame na CAS, é relatado por Augusto Botelho (PT-RR).

A matéria já foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). O texto de Tião Viana determina que a União destine à saúde, a cada ano, no mínimo 10% de suas receitas correntes brutas. Na CAE, foi aprovada emenda do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que mantém a atual fórmula de cálculo dos percentuais mínimos a serem aplicados pela União: o equivalente à soma do montante empenhado no ano anterior mais a variação do produto interno bruto (PIB).



Para Raupp, educação vem melhorando no país, mas ainda há muito a ser feito

Raupp sugere valorização do magistério como forma de desenvolver o país

A valorização do magistério é essencial para o desenvolvimento da educação, destacou Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, o futuro do país depende em grande parte do que estão hoje fazendo os professores.

Raupp disse que há, no Brasil, “a desvalorização do professor, o

pagamento de salários indignos e condições de trabalho inadequadas”, além de uma formação aquém do ideal para os docentes. Ele, no entanto, ressaltou que a educação melhorou muito nos últimos anos, principalmente depois da instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valo-

rização do Magistério (Fundef) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

– Mas não podemos fazer em dez anos o que não foi feito em cem – afirmou.

O senador homenageou os professores, em especial os de Rondônia, “que muitas vezes

lutam apenas armados de seu idealismo, contra enormes dificuldades e, às vezes, até perigos”.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) informou que todos os candidatos à Presidência nos Estados Unidos estão prometendo aumentar o número de anos de estudos, que, naquele país, atinge 18 anos em média.

Heráclito presta homenagem a Marcílio Rangel

Para homenagear o Dia do Professor, comemorado ontem, Heráclito Fortes (DEM-PI) escolheu o educador Marcílio Flávio Rangel, do Instituto Dom Barreto, em Teresina. O colégio obteve a melhor avaliação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2006. Conforme o senador, Marcílio foi um exemplo de professor que não se preocupa apenas em cumprir a carga horária, mas em acompanhar o desenvolvimento intelectual e moral do aluno.

– Um homem desse nível, dessa categoria elevou o nome do Piauí da maneira mais nobre – disse o parlamentar, que procurou homenagear, por meio dele, os professores de todo o país.

Heráclito afirmou que, num estado em que as coisas não vão bem, especialmente no ensino público, a avaliação do Instituto Dom Barreto “é uma felicidade”. Ele também homenageou especialmente Cristovam Buarque, por sua defesa da educação.



Instituto Dom Barreto foi o mais bem avaliado no Enem 2006, lembra Heráclito

Cristovam: “Educação deficiente é desperdício de cérebros”

Senador diz que a má qualidade do ensino impede o desenvolvimento intelectual dos brasileiros e sugere que todos, ricos ou pobres, tenham acesso a boas escolas

O Brasil está “desperdiçando cérebros”, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), “pois não proporciona ensino de qualidade para as crianças”. Na opinião do senador, jovens que poderiam vir a ser cientistas ou escritores são desestimulados devido ao descaso dos governantes com o ensino público.

Cristovam disse que a história mundial está cheia de exemplos de grupos ou governantes que ordenaram a queima de livros, mas frisou que a má qualidade do ensino público brasileiro “é tão grave” quanto.



Cristovam pede mais apoio, capacitação e salários melhores para os professores

– A história inteira do Brasil é uma história de impedir que os livros sejam escritos, de não

deixar que os cientistas e intelectuais floresçam. Quando você nega a escola, você impede um ser humano de se desenvolver intelectualmente e virar um cientista, um poeta, um escritor. Não é a distribuição da renda que vai mudar a realidade e sim a distribuição do conhecimento, o acesso de todos a uma escola de qualidade igual – afirmou.

O senador homenageou o Dia do Professor, mas lamentou o fato de a categoria não ter “o prestígio que merece”. Ele pediu mais apoio principalmente para os professores da educação de base.

Paim defende aprovação de fundo para ensino profissionalizante

Ao saudar os professores pelo seu dia, comemorado ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou a alocação de mais recursos para as universidades públicas e defendeu a aprovação de proposta de emenda constitucional de sua autoria que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep).

Paim lembrou que entre os

objetivos do Fundep, proposto pela PEC 24/05, estão a criação de oportunidades de emprego e geração de renda, a promoção da descentralização e da regionalização de ações da educação profissional, e o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais.

O senador estima que, se o Fundep for aprovado ainda este



Paim: se o Fundep for aprovado logo, escolas terão R\$ 5,5 bilhões no próximo ano

ano, as escolas profissionalizantes poderão receber, já em 2008, investimentos em torno de R\$ 5,5 bilhões.



Segundo João Pedro, muitos acordam de madrugada para chegar à escola

João Pedro ressalta luta de quem dá aulas na Amazônia

João Pedro (PT-AM) homenageou os professores brasileiros, em especial os da Amazônia e os de Parintins (AM), sua cidade natal, que completou ontem 155 anos. Ele disse que os professores da Amazônia têm “um trabalho duríssimo”, sendo que muitos deles acordam de madrugada para poderem se deslocar, em pequenas canoas, até as salas de aula.

O senador afirmou que cinco colégios de Parintins obtiveram média acima de quatro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A cidade foi uma das quatro que conseguiram alcançar essa pontuação no interior do Amazonas.

João Pedro observou que “o Estado brasileiro sempre renegou ensino aos brasileiros”, mas ressaltou que o país vem avançando em matéria de educação, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Mão Santa homenageia profissionais pelo seu dia

Zezinho trabalha no Plenário servindo água. Ele tem algo em comum com os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Romeu Tuma (PTB-SP): conheceu sua mulher em uma escola normal. Mão Santa contou esse fato ontem, ao homenagear os professores pela passagem do seu dia.

O parlamentar elogiou o governo do Acre, que,

segundo levantamento publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, paga o maior salário do país aos professores. Ainda conforme a reportagem, acrescentou Mão Santa, um professor com formação superior tem piso inicial de R\$ 8,05 por hora em São Paulo, enquanto no Acre o valor é de R\$ 13,16.

Em nome da Mesa, o se-



Mão Santa elogia governo do Acre por piso inicial da categoria

nador Jayme Campos (DEM-MT) associou-se à homenagem pelo Dia do Professor.

Quintanilha lembra lição de sua mãe, que é professora

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) homenageou os professores pela passagem do dia nacional desses profissionais da educação, citando especialmente sua mãe, também professora do ensino fundamental. Ele disse que aprendeu com ela a importância de ensinar e de dar a oportunidade do conhecimento a quem precisa.

O senador lembrou que, na adolescência, formou quatro turmas noturnas consecutivas para alfabetização de adultos. Para isso, recorreu ao método criado pelo educador Paulo Freyre para facilitar o trabalho e recordou a emoção dos alunos quando percebiam que já conseguiam ler.

– Passados 40 anos, o Brasil ainda não conseguiu erra-



Quintanilha diz ter aprendido a importância de ensinar

dicar o analfabetismo e dar condições ideais de trabalho aos professores – lamentou.

Governantes devem mais empenho à educação, diz Serys

Para Serys Shessarenko (PT-MT), poucos profissionais têm uma posição tão importante para a sociedade quanto os educadores, pois ajudam na construção do futuro das crianças do país. A senadora ressaltou que os professores, e a própria educação brasileira, precisam de mais atenção e empenho dos governantes. Ela avalia que investir em educação favorece o desenvolvimento social e econômico de qualquer país.

– Muitas sociedades contemporâneas mais bem-sucedidas em termos de desenvolvimento humano tiveram na base desse seu desenvolvimento uma revolução



Moreira Mariz

Serys: investir em educação favorece o desenvolvimento social e econômico

educacional. O contrário também é verdadeiro. O descaso com a educação é, muito frequentemente, sinal de baixíssimo desenvolvimento – afirmou a senadora, ao destacar a importância de o governo investir mais na qualidade da educação, e não apenas na quantidade de estabelecimentos de ensino.

Ideli homenageia professores e defende piso para categoria

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) homenageou os professores brasileiros, lembrando decreto imperial de 1827 com o qual dom Pedro I – fazendo homenagem a Santa Teresa D’Ávila – determinou que todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem escolas de “primeiras letras”, numa referência ao ensino fundamental da época. No entanto, observou a senadora, o Dia do Professor só seria reconhecido oficialmente em 1963, no governo João Goulart.

Ideli fez um apelo à Câmara dos Deputados com o objetivo de aprovar o regime de urgência para a votação de projeto que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa estabelecendo piso salarial nacional para



Gerardo Magela

Ideli cobra salário digno e condições adequadas de trabalho para profissionais

a categoria. Ela salientou que a melhoria da educação no país deve ser acompanhada de salário digno e condições adequadas de trabalho para os professores. Só assim, frisou a parlamentar, a educação poderá desempenhar o seu papel de “construtora da cidadania”.

Garibaldi quer valorização da carreira

Ao discursar em homenagem ao Dia do Professor, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu a valorização da profissão desde o nível fundamental, passando pelo médio e técnico, até o ensino superior. Reconhecendo alguns avanços importantes do governo federal no setor, como a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a expansão da rede de escolas técnicas no país, Garibaldi chamou a atenção para a grande diferença de qualidade existente entre as escolas privadas de ensino médio e as públicas.



Gerardo Magela

Garibaldi critica salário de R\$ 3 mil pago a professores universitários experientes

– O ensino médio é o grande gargalo que está impedindo que alunos de escolas públicas possam concorrer com alunos de escolas particulares – disse.

O senador considerou absurdo o fato de muitos professores universitários no Brasil, com mais de 25 anos de carreira e com as mais elevadas titulações, ganharem apenas R\$ 3 mil mensais.

Senador diz entender que José Serra defenda interesses do estado, mas ressalta que o Amazonas é o cerne de uma região riquíssima, que interessa a todos os brasileiros

Virgílio: lei paulista que prejudica a Zona Franca pode ser revogada

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que o governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), entrou com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivo da legislação paulista que estabelece alíquotas diferenciadas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços para bens de informática produzidos dentro (12%) e fora (7%) da Zona Franca de Manaus. O senador observou que o próprio governador José Serra (PSDB) poderia revogá-lo.

– Apelo ao seu bom senso e ao seu patriotismo. Compreendo que lhe cabe defender os interesses do seu estado. Mas ele não pode



Moreira Mariz

Arthur Virgílio dirige apelo por bom senso e patriotismo ao governador de São Paulo

pensar apenas em São Paulo. Tem que pensar no Brasil. E o Amazonas não é apenas mais um estado da Federação. É o cerne de uma região riquíssima, que interessa

aos paulistas e também a todos os brasileiros – disse Virgílio.

O senador comemorou acórdão do Tribunal de Contas da União que determinou que a Cobra Tecnologia, vinculada ao Banco do Brasil e acusada de contratação irregular de outras empresas, só faça uso de serviços de consultoria quando necessário à execução de atividades de natureza peculiar e não continuadas.

Virgílio também encaminhou requerimento para voto de parabênização pelo 155º aniversário do município de Parintins (AM). Ele assinalou que naquela cidade se comemora o boi-bumbá, com a competição centrada em dois blocos: Caprichoso e Garantido.

Malta comemora terceiro título mundial de brasileira no bodyboard

Ao cumprimentar a capixaba Neymara Carvalho pela conquista do tricampeonato mundial de *bodyboard*, conquistado no final de semana, por antecipação, ao garantir o segundo lugar na sexta etapa do circuito mundial da categoria, na Venezuela, o senador Magno Malta (PR-ES) lamentou que a atleta, apesar de tantos títulos, nunca tenha tido um patrocínio federal.

– A pequena notável lá da Barra do Jacu, em Vila Velha, vem acumulando títulos. Nas horas vagas, ela ajuda seu pai no restaurante da família. Ela bem que poderia ter um patrocínio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil ou da Petrobras – afirmou Malta.

O senador lembrou que o também campeão mundial de boxe, o baiano Arcelino Freitas, o Popó, foi outro atleta brasileiro supercampeão mas esquecido pelo poder público na hora da distribuição dos patrocínios federais. Malta registrou que Popó “teve que levar muito murro” para conseguir presentear sua mãe com uma casa própria.

Antes de registrar o título de Neymara Carvalho, Magno Malta saudou Tião Viana (PT-AC) por ter assumido a Presidência do Senado com o afastamento temporário do cargo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele desejou ao presidente em exercício muita sabedoria para



Gerardo Magela

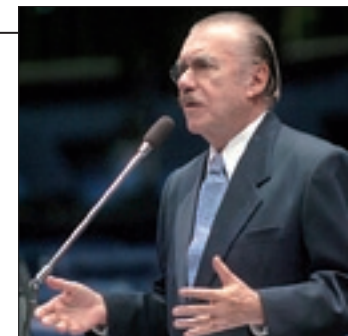
Magno Malta lamenta que atleta nunca tenha tido um patrocínio federal

conduzir a Casa nesse momento de dificuldades.

Malta lembrou que conheceu Tião Viana na época em que, como relator da CPI do Narcotráfico, investigou o crime organizado no Acre, estado então governado por Jorge Viana, irmão de Tião Viana, que já era um dos seus representantes no Senado.

Sarney apresenta voto de aplauso a Martha Muse

José Sarney (PMDB-AP) apresentou ontem requerimento pedindo voto de aplauso para a presidenta da Tinker Foundation, Martha Muse. O senador informou que ela já tem 90 anos e é “uma figura importante nas relações Brasil-Estados Unidos”. Disse ainda que, na terça-feira passada, a American Society (entidade norte-ameri-



Leopoldo Silva

Sarney elogia dirigente de entidade dedicada às relações Brasil-EUA

cana que se dedica às relações entre Brasil e Estados Unidos) promoveu homenagem a Martha Muse. Conforme Sarney, ela apoiou inúmeros projetos

de intercâmbio e cooperação entre universidades brasileiras e norte-americanas, principalmente na região Nordeste, com programas de bolsas de estudo e financiamento de cursos.

A Tinker Foundation, afirmou, é uma entidade privada, com sede em Nova York, e tem por objetivo “ampliar a compreensão do público norte-americano acerca dos países das Américas”.

José Sarney saudou Tião Viana (PT-AC) por ocupar interinamente a Presidência do Senado.



José Cruz

Valdir Raupp é o relator de sete propostas sobre o assunto

CCJ examina precatórios a pedido de Raupp

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública hoje, às 14h30, para discutir a questão dos precatórios. O debate foi solicitado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator de sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam desse assunto. Precatórios são as dívidas do Executivo – União, estados ou municípios – cujos pagamentos já tenham sido ordenados pela Justiça após ação judicial.

Foram convidados para a audiência o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto; o secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Ricardo Machado Costa; o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho; o presidente da Comissão de Precatórios da OAB-MG, José Alfredo Oliveira Baracho Júnior; e o representante do Sistema Financeiro, Felipe Nobre.

Propostas

São sete as PECs que tramitam em conjunto na CCJ e que dispõem sobre precatórios judiciais: 12/06, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL); 61/05, do senador Paulo Paim (PT-RS); 29/05, do então senador Sérgio Cabral; 11/05, do senador José Maranhão (PMDB-PB); 51/04, do senador Pedro Simon (PMDB-RS); 23/03, do senador Efraim Morais (DEM-PB); e 1/03, do então senador Maguito Vilela.

Com exceção da PEC 29/05, que determina a preferência de maiores de 60 anos de idade no recebimento de precatórios, todas as propostas prevêm alteração do artigo 100 da Constituição.

Correntistas reclamam dos preços abusivos na remuneração dos bancos por serviços prestados. Segundo pesquisa, valor da mesma operação pode variar até 369,57%

Comissão debate tarifas bancárias com o presidente da Febraban

A primeira parte da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h, será destinada a debater as tarifas bancárias, com a presença do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa. O requerimento para a audiência é de Aloizio Mercadante

(PT-SP), que preside a CAE, e de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Tarifa bancária é a remuneração do banco por um serviço prestado ao cliente, como a concessão de um talão de cheques ou renovação de cheque especial. Os correntistas reclamam dos preços abusivos das tarifas cobradas pelos bancos. O governo reconhece o fato e acena com uma regulamentação das tarifas bancárias. Pesquisa do Procon de São Paulo realizada com dez bancos constatou diferença de até 369,57% entre preços cobrados pelo mesmo serviço.

Calçados

A segunda parte da reunião será destinada ao exame de nove itens,



Célio Azevedo

Na segunda parte da reunião, senadores da CAE analisam pauta de nove itens

entre eles o projeto de lei do Poder Executivo (PLC 76/07), já aprovado pela Câmara dos Deputados, que tem por meta estimular, modernizar e revitalizar os setores de calçado, de artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira de todo o país.

A proposta permite o desconto imediato de créditos da contribuição para o Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na aquisição e importação de máquinas e equipamentos pelas indústrias dos setores beneficiados.

O projeto também abre linha de crédito especial no valor de R\$ 3 bilhões para a revitalização dos setores calçadista, moveleiro e de confecções, para empresas com receita bruta de até R\$ 300 milhões.

A CAE deve votar ainda mensagem (168/07) da Presidência da República

que autoriza contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 17,27 milhões, entre o município de Uberaba (MG) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para financiamento parcial do projeto de recuperação ambiental da bacia do rio Uberaba e na revitalização do sistema de abastecimento de água do município.

Também consta da pauta a votação de substitutivo de Mão Santa (PMDB-PI) a projeto (PLS 273/03) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que permite ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Propostas para a nova lei geral de comunicação social

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Comissão de Educação (CE), realiza hoje, às 10h, audiência pública destinada a discutir propostas para a nova lei geral de comunicação social eletrônica, em especial a regulamentação do artigo 221 da Constituição. O requerimento que solicita a audiência pública é dos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

O conjunto de regras propostas se

encontra, atualmente, em elaboração no âmbito do Poder Executivo, conforme decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República. Esse decreto cria a comissão interministerial para elaborar anteprojeto de lei de regulamentação dos artigos 221 e 222 da Constituição e da organização e exploração dos serviços de comunicação social eletrônica.

Os convidados para o debate sobre as propostas para a nova lei geral de comunicação social eletrônica são o professor do Departamento de Jorna-

lismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP) Laurindo Leal Filho; o presidente-executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), Luís Cuza; o assessor especial da Casa Civil André Barbosa Filho; o jornalista e especialista em comunicação Ethevaldo Siqueira; e o coordenador-jurídico nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Joaquim Carlos Carvalho.



J. Freitas

A pedido de Zambiasi, audiência debaterá regulamentação prevista na Constituição



Jane Araújo

Marconi quer discutir conjunto de regras que estão sendo elaboradas pelo Executivo



Célio Azevedo

Assinado por Marisa Serrano, requerimento para reunião convida especialistas do setor



Célio Azevedo

Lúcia Vânia quer que instruções ao consumidor sejam claras

Mais informações sobre desistência de produtos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje, a às 11h30, para analisar uma pauta de sete itens, entre os quais o projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga o fornecedor a informar os consumidores a respeito do direito de arrependimento pela aquisição de produtos ou serviços em negócios realizados fora do estabelecimento comercial.

Esse direito já é previsto no artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), o qual determina que nesse tipo de negócio, o consumidor tem prazo de sete dias a contar do ato de recebimento do produto ou serviço para manifestar-se pelo arrependimento. A senadora quer com a proposta (PLS 424/07), no entanto, que os consumidores sejam informados de forma clara e destacada sobre o assunto.

Endereço

Além do direito de desistência, que deverá ser informado na conclusão do negócio, também deverá ter divulgação o endereço físico ou eletrônico do estabelecimento comercial para onde o consumidor terá que encaminhar a notificação da não-aceitação do que adquiriu.

O relator do projeto, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentou parecer pela aprovação da proposição, com emenda. A matéria receberá decisão terminativa na CMA.